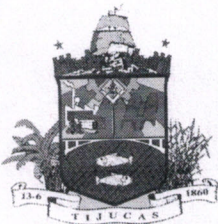


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS
RECURSOS/IMPUGNAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/PMT/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/PMT/2019

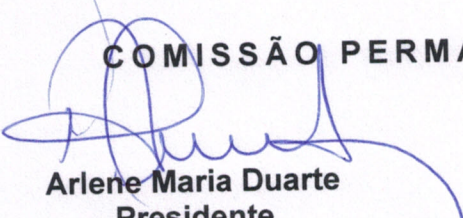
Ao quarto dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas - SC, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 007/2019 de 07/01/2019, para julgar a Documentação do Processo Licitatório nº 066/PMT/2019 Tomada de Preço nº 004/PMT/19, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA DO GOVERNO, COM 841,94 METROS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E TODAS AS ART'S (CREA) NECESSÁRIAS, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Foram observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital disponível no site do município www.tijucas.sc.gov.br - licitações no momento da abertura desta sessão. Desta feita, no primeiro momento restou inabilitada a empresa **TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA.** Após estudos realizados com apresentação dos Recursos e Impugnações, detalhadamente (*ad cautelam*) a Presidente da Comissão de Licitação realizou diligências, os quais ainda não têm um entendimento claro junto aos Tribunais Superiores sobre a matéria, conforme denota-se no Acórdão nº 2145/2017 – TCU (*apud acta*), bem como o que estipula a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1774/2017, em especial, “Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração”(…) e art. 1078, Código Civil. Entendendo esta Comissão Permanente de Licitação, devido o interesse público, devido aos Princípios norteadores da Administração Pública e o que dispõe o Art. 3º da Lei nº 8.666/93, a qual a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, **restando habilitada em****



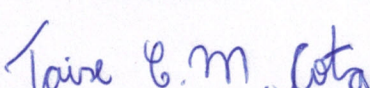
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

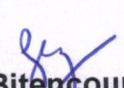
consonância com o Edital em comento. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Fica designado para abertura da Proposta no dia 06/06/2019, 10h30. Tijucas, SC, 04 de junho de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO


Arlene Maria Duarte
Presidente


Claudemir Correia
Secretário


Taise Cristina Marchi Cota
Membro Suplente


Glaucia Jane Bitencourt de Amorim
Membro Efetivo